v7.n7.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS DE SALÁRIO MÍNIMO DAS EXTREMAS DIREITAS: CONTRASTE ENTRE BRASIL E ESPANHA

THE MINIMUM WAGE POLICIES OF THE FAR RIGHT: A CONTRAST BETWEEN BRAZIL AND SPAIN

LAS POLÍTICAS DE SALARIO MÍNIMO DE LA EXTREMA DERECHA: UN CONTRASTE ENTRE BRASIL Y ESPAÑA

Luciano Luz de Lima[1]

e778361
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8361

PUBLICADO: 07/2026

RESUMO

O artigo analisa comparativamente as políticas de salário mínimo das extremas direitas no Brasil e na Espanha, representadas pelo Partido Liberal e pelo VOX, à luz da crise estrutural do capitalismo pós-2008 e da Teoria Marxista da Dependência. A partir de análise documental, identifica convergências como a rejeição a aumentos reais do salário mínimo, a defesa da competitividade empresarial, o ataque aos sindicatos e a adesão ao neoliberalismo sob retórica antissistêmica. As divergências decorrem das formações sociais distintas: no Brasil, a condição de capitalismo dependente sustenta a superexploração do trabalho e o achatamento salarial; na Espanha, inserida no centro capitalista europeu, o VOX reconhece a necessidade de elevar salários, mas por vias de desoneração empresarial, rejeitando políticas redistributivas estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Salário mínimo. Extrema direita. Neoliberalismo. Dependência. Espanha. Brasil.

ABSTRACT

The article comparatively analyzes minimum wage policies advocated by the far right in Brazil and Spain, represented by the Liberal Party (PL) and VOX, in light of the structural crisis of capitalism after 2008 and the Marxist Theory of Dependency. Based on documentary analysis, it identifies key programmatic convergences, such as the rejection of real increases in the minimum wage, the defense of business competitiveness, attacks on trade unions, and adherence to neoliberalism framed by anti-system rhetoric. The differences stem from distinct social formations: in Brazil, the condition of dependent capitalism sustains the super-exploitation of labor and wage compression; in Spain, integrated into the European capitalist core, VOX acknowledges the need to raise wages but proposes doing so through reductions in business costs, rejecting state-led redistributive policies.

KEYWORDS: *Minimum wage. Far right. Neoliberalismo. Dependency theory. Spain. Brazil.*

RESUMEN

Este artículo analiza comparativamente las políticas de salario mínimo de la ultraderecha en Brasil y España, representadas por el Partido Liberal y VOX, a la luz de la crisis estructural del capitalismo posterior a 2008 y la Teoría de la Dependencia marxista. A partir del análisis documental, identifica convergencias como el rechazo a aumentos reales del salario mínimo, la defensa de la competitividad empresarial, el ataque a los sindicatos y la adhesión al neoliberalismo bajo una retórica antisistémica.

[1] Doutorando em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Las divergencias provienen de las distintas formaciones sociales: en Brasil, la condición de capitalismo dependiente perpetúa la superexplotación del trabajo y el estancamiento salarial; en España, situada en el centro del capitalismo europeo, VOX reconoce la necesidad de aumentar los salarios, pero mediante desgravaciones fiscales para las empresas, rechazando las políticas redistributivas estatales.

PALABRAS CLAVE: Salario mínimo. Ultraderecha. Neoliberalismo. Dependencia. España. Brasil.

INTRODUÇÃO

A ascensão contemporânea da extrema direita, em escala global, constitui um dos fenômenos mais significativos da política mundial desde o início do século XXI. Em diferentes formações sociais, tanto centrais quanto periféricas, partidos de orientação nacionalista, autoritária, antiglobalista e profundamente liberalizantes em termos econômicos tornaram-se protagonistas na disputa por governos e parlamentos. No Brasil, tal movimento se consolida entre 2018 e 2022, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), cujo projeto político reorganizou o campo conservador brasileiro. Na Espanha, o surgimento e consolidação do partido VOX rompeu com décadas de alternância controlada entre Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e o Partido Popular (PP), introduzindo um novo polo ideológico de extrema direita, nacionalista, antifeminista, recentralizador e anti-imigração. Fundado em 2013, obteve representação no parlamento espanhol pela primeira vez ao eleger deputados nas eleições gerais de abril de 2019. Ainda naquele ano, nas eleições gerais de novembro de 2019, alcançou cerca de 3,6 milhões de votos, garantindo 52 cadeiras e consolidando-se como a terceira maior força política no Congresso dos Deputados. Nas eleições gerais espanholas de 2023, o partido registrou uma queda significativa, perdendo 19 assentos no parlamento — embora tenha mantido a posição de terceiro maior partido da Espanha, com aproximadamente 3 milhões de votos. No âmbito do Parlamento Europeu, seus seis eurodeputados integram atualmente o grupo Patriotas pela Europa, após terem atuado anteriormente no Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus.

Apesar de inseridas em formações sociais distintas, ambas as experiências representam manifestações políticas de um mesmo fenômeno: a reorganização do capital diante de ciclos de crise estrutural, especialmente a crise mundial deflagrada em 2008, que acentuou os mecanismos de precarização, flexibilização e redução do valor da força de trabalho. Em meio ao aprofundamento das desigualdades, à deterioração do poder de compra, ao desemprego estrutural e à fragilização das instituições do *welfare state*, as novas direitas radicais conseguem mobilizar parcelas significativas das classes trabalhadoras por meio de discursos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

antissistêmicos, nacionalistas, moralistas e antipolítica, embora mantenham, em essência, o alinhamento com o programa econômico neoliberal.

O presente artigo compara sistematicamente as propostas e práticas das extremas direitas brasileira e espanhola no campo específico da política de salário mínimo, observando: (1) os determinantes estruturais das formações sociais de Brasil e Espanha; (2) o contexto de crise do capitalismo global; (3) a política social do trabalho no neoliberalismo; (4) as propostas do Partido Liberal (PL) no Brasil, tomando, por diretriz, a política efetivada no governo Bolsonaro, já que o partido não possui programa específico sobre salário mínimo, e do VOX na Espanha; (5) e a aplicação interpretativa da Teoria Marxista da Dependência (TMD) como chave para explicar diferenças e convergências programáticas.

Este estudo se inscreve no marco de uma tese doutoral iniciada em 2023, que busca responder a seguinte pergunta central como problema de pesquisa: Quais são as convergências e divergências entre as políticas defendidas (ou praticadas) pelas extremas direitas do Brasil e da Espanha em relação ao salário mínimo, e como as formações sociais distintas de Brasil e Espanha explicam tais contrastes?

A hipótese principal trabalhada neste artigo é um recorte dessa pesquisa maior e conjectura que a coincidência ideológica entre PL e VOX se expressa na rejeição a políticas de valorização real do salário mínimo e no alinhamento ao programa neoliberal, mas as diferenças estruturais entre Brasil (país dependente) e Espanha (país central da economia capitalista) determinam contrastes significativos nas formulações e justificativas políticas sobre salário mínimo, particularmente porque, em países dependentes, a superexploração da força de trabalho constitui fundamento estrutural do desenvolvimento capitalista dependente, enquanto, na Espanha, o salário mínimo está incorporado à lógica do *welfare state* europeu.

Este artigo considera como base empírica o *Programa Eleitoral do VOX para as Elecciones Generales de 2023*, no qual o partido apresenta suas medidas em matéria de empregos e salários (item 30 e correlatos), e nos dados que demonstram a perda de poder de compra do salário mínimo durante o governo Bolsonaro, fenômeno inédito desde o início do Plano Real[1]. Também, se utiliza bibliografia que analisa a crise econômica mundial, a política social do trabalho no neoliberalismo e a ascensão da extrema direita por meio de processos eleitorais.

Como referencial teórico-analítico, a presente pesquisa adota a Teoria Marxista da Dependência (TMD) como eixo interpretativo central para a compreensão das formações sociais

[1] Programa de estabilização econômica implementado no Brasil em 1994 para combater a hiperinflação, combinando ajuste fiscal, controle da emissão de moeda e uma transição monetária por meio da Unidade Real de Valor (URV), que serviu como referência estável de preços antes da criação da nova moeda, o real.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

em análise. Tal abordagem, formulada originalmente por autores como Ruy Mauro Marini (1973), Vânia Bambirra (1978) e Theotônio dos Santos (2018), e posteriormente aprofundada por contribuições contemporâneas de Carlos Eduardo Martins (2011/2020) e Marcelo Carcanholo (2010/2013/2016), parte da crítica ao evolucionismo implícito nas teorias da modernização e às leituras dualistas do desenvolvimento capitalista. A TMD compreende o capitalismo como um sistema histórico mundial articulado, no qual as economias nacionais não se desenvolvem de forma autônoma e linear, mas segundo posições estruturalmente hierarquizadas na divisão internacional do trabalho.

Nessa perspectiva, os países periféricos se inserem no sistema capitalista mundial por meio de um padrão de desenvolvimento dependente, caracterizado pela subordinação produtiva, tecnológica e financeira aos países centrais. Tal inserção implica mecanismos sistemáticos de transferência de valor, realizados tanto pela via do comércio internacional desigual quanto por fluxos financeiros, pagamento de juros, remessas de lucros e royalties, os quais impõem limites estruturais à acumulação interna. A reprodução ampliada do capital nessas economias depende, portanto, da intensificação de formas específicas de exploração do trabalho, sintetizadas no conceito de superexploração da força de trabalho, entendido como o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, a ampliação extraordinária da jornada e a intensificação dos ritmos produtivos.

A superexploração não constitui, assim, um desvio conjuntural ou um resíduo pré-capitalista, mas um elemento estrutural do capitalismo dependente, funcional à compensação das perdas de valor impostas pela posição subordinada das economias periféricas no sistema mundial. Nesse quadro, o Estado desempenha papel decisivo ao assegurar, por meio de políticas econômicas, fiscais, trabalhistas e sociais, as condições institucionais necessárias à reprodução desse padrão de acumulação, operando como mediador da subordinação externa e da disciplina interna da força de trabalho.

Dessa forma, o subdesenvolvimento não é concebido como uma etapa transitória ou incompleta do desenvolvimento capitalista, mas como uma forma historicamente determinada de desenvolvimento, estruturalmente articulada à expansão do capitalismo nos países centrais. O desenvolvimento destes pressupõe e reproduz o subdesenvolvimento daqueles, configurando uma unidade contraditória e desigual do sistema capitalista internacional, na qual dependência e desenvolvimento constituem momentos indissociáveis de um mesmo processo histórico.

A seguir, o artigo se apresenta estruturado nas seguintes seções: A crise econômica mundial e a emergência atual da extrema direita; A política social do trabalho como parâmetro do neoliberalismo nas políticas sociais; os programas da extrema direita no Brasil e na Espanha

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

para o salário mínimo; as diferentes formações econômicas e sociais entre Brasil e Espanha como hipótese explicativa; Conclusão; e Referências.

2. A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E A EMERGÊNCIA ATUAL DA EXTREMA DIREITA

A crise de 2008 acelerou tendências que vinham se constituindo desde os anos 1990, mas que possuem raízes ainda mais profundas, ligadas à reestruturação produtiva desencadeada a partir da crise do padrão de acumulação fordista nos anos 1970. Segundo Harvey (2011), a crise de 2008 não é um evento isolado, mas parte de um ciclo histórico do capitalismo que remonta à crise dos anos 1970 — marco da transição do regime de acumulação fordista para o neoliberal. A crise dos anos 1970 se concentrou fundamentalmente na queda da taxa de lucro, o que levou o capital a intensificar estratégias de redução do valor da força de trabalho, tais como: flexibilização laboral, terceirização, ataque aos sindicatos, desregulamentação, deslocamento industrial para regiões de mão de obra barata (Ásia e América Latina), austeridade fiscal, privatizações, financeirização da economia. Essas mudanças consolidaram o neoliberalismo — não como uma ideologia simplesmente, mas como reorganização profunda da reprodução do capital e das relações sociais.

Como afirmam Carcanholo (2010) e Martins (2011), a crise de 2008 não deve ser vista como um episódio isolado do sistema, mas como expressão de contradições estruturais inerentes ao capitalismo contemporâneo — contradições que se tornaram particularmente visíveis no período neoliberal e financeirizado.

Entre essas tendências, destacam-se: o desemprego em massa, intensificado pelo deslocamento global das cadeias produtivas, pelo avanço tecnológico que ampliou a capacidade substitutiva do capital sobre o trabalho e pelas políticas de austeridade que comprimiram investimentos estatais; a perda de direitos, derivada do que Carcanholo (2010) denomina “contraofensiva burguesa” mundial, que, desde os anos 1980, buscou desmontar o arcabouço institucional de proteção trabalhista e social construído no pós-guerra; o endividamento público e privado, interpretado por Martins (2011) como uma forma de compensação fictícia da incapacidade estrutural do capitalismo neoliberal de gerar crescimento sustentado — deslocando a realização do valor para o crédito e criando novas vulnerabilidades sistêmicas; o desmonte das políticas sociais, coerente com a estratégia neoliberal de redefinição do papel do Estado, que deixa de ser provedor de bem-estar e passa a atuar primordialmente como garantidor dos interesses do capital financeiro; a precarização estrutural da juventude, visível no aumento do trabalho intermitente, da informalidade e de trajetórias laborais fragmentadas, fenômeno que

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Martins associa ao rebaixamento civilizatório produzido pela dependência e pela financeirização; a erosão da legitimidade dos partidos tradicionais, incapazes de responder às transformações sociais provocadas pela nova etapa da globalização, e frequentemente comprometidos com a implementação de políticas neoliberais, o que ampliou o fosso entre representados e representantes.

Esse conjunto de fatores produz, como sintetiza Carcanholo (2010), não apenas uma crise econômica, mas uma crise de reprodução social, marcada pela deterioração das condições materiais de vida e pela intensificação da instabilidade cotidiana da classe trabalhadora.

Neste cenário, torna-se compreensível o avanço das extremas direitas no plano global. Frente à incapacidade das instituições democráticas liberais de responderem às demandas sociais, a extrema direita aparece como força que canaliza o descontentamento popular. Contudo, esse canal não se constrói primordialmente pela via econômica — mas pela conversão das inseguranças materiais em ressentimento, mobilizando narrativas nacionalistas, moralistas e xenófobas.

Essa conversão subjetiva é funcional ao capital. Piqueras (2023) destaca que a extrema direita opera como mecanismo histórico de reorganização burguesa em momentos de crise profunda. Nesse sentido, exerce papel análogo ao fascismo clássico, ainda que adaptado à lógica institucional contemporânea, desestruturando resistências organizadas e deslocando o conflito social do eixo econômico para o eixo cultural-identitário.

Pode-se compreender essa operação discursiva por três eixos fundamentais: a atribuição da crise às elites políticas tradicionais, produzindo um discurso antissistêmico controlado, que preserva o núcleo do sistema econômico e responsabiliza apenas seus representantes; a culpabilização de setores vulneráveis, como imigrantes, minorias ou grupos politicamente organizados que questionam a ordem neoliberal — estratégia que desloca a contradição capital-trabalho para um antagonismo social artificial; e a utilização da crise como justificativa para aprofundar reformas neoliberais, permitindo que a extrema direita, apesar da retórica *antiestablishment,* opere como instrumento de radicalização das políticas de austeridade e desregulamentação.

Martins (2011) reforça que o neoliberalismo, sobretudo em países dependentes, não se limita a ser um conjunto de medidas econômicas: trata-se de um projeto civilizatório regressivo, que reorganiza a sociedade para intensificar a dependência estrutural e a subordinação geopolítica. Assim, a extrema direita não rompe com o neoliberalismo; ao contrário, funciona como forma superior e mais agressiva de sua implementação. Carcanholo (2010) complementa ao demonstrar que, na etapa financeirizada do capitalismo, o núcleo da política econômica

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

burguesa consiste em reduzir sistematicamente o valor da força de trabalho, seja pelo arrocho salarial direto, seja por mecanismos indiretos de precarização. Essa redução é condição fundamental para compensar a queda da taxa de lucro e garantir a remuneração dos capitais num ambiente de competição global.

Desse modo, o contexto de crise no qual emerge a extrema direita tem como fundamento material a intensificação de um projeto de rebaixamento do custo do trabalho. A política social do trabalho, portanto, torna-se o terreno privilegiado para identificar o real alinhamento programático das extremas direitas. Embora seus discursos se apresentem como antissistêmicos, sua prática econômica permanece profundamente neoliberal, orientada à desvalorização salarial, ao enfraquecimento das instituições trabalhistas e à expansão de mecanismos de flexibilização.

Assim, compreender o papel do salário mínimo no interior desse processo é fundamental. Como expressão direta das condições de reprodução da força de trabalho, o salário mínimo constitui um indicador estratégico da correlação de forças entre capital e trabalho e, consequentemente, da orientação de classe das forças políticas que ascendem em meio à crise. Onde há valorização do salário mínimo, há resistência social organizada; onde há estagnação ou redução real, observa-se a hegemonia do projeto neoliberal.

Por isso, a análise comparada entre Brasil e Espanha, entre PL/Bolsonaro e VOX, a partir da política de salário mínimo, torna-se um instrumento adequado para compreender a relação entre extrema direita, neoliberalismo e dependência no século XXI.

O Partido Liberal constitui-se como a principal organização partidária de extrema direita no Brasil contemporâneo a partir de sua vinculação orgânica e eleitoral ao fenômeno político do bolsonarismo, liderado por Jair Bolsonaro. Embora o PL tenha sido fundado em 1985, no contexto da redemocratização brasileira, sua trajetória inicial caracterizou-se por um perfil liberal-conservador pragmático, marcado por alianças circunstanciais e pela ausência de uma identidade ideológica programática coesa, o que lhe rendeu a caracterização recorrente como “partido de aluguel”.

Com essa caracterização o PL abrigou José Alencar, o vice-Presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos de 2003 a 2010. A inflexão decisiva do PL ocorre na década seguinte, em especial após a crise política e institucional que culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, momento no qual se intensifica o deslocamento do sistema político brasileiro à direita. A filiação de Jair Bolsonaro ao PL, em 2021, consolida a transformação da sigla em instrumento partidário central da extrema direita brasileira, abandonando definitivamente seu liberalismo econômico clássico em favor de um discurso populista, autoritário e moralmente conservador.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No âmbito das políticas sociais do trabalho, o PL/Bolsonaro articula uma agenda alinhada à lógica neoliberal, defendendo a flexibilização das relações trabalhistas, a redução do papel regulador do Estado e o enfraquecimento das instituições de mediação entre capital e trabalho, especialmente os sindicatos. Essa orientação se ancora na narrativa da “modernização” das relações de trabalho, na crítica aos direitos sociais como entraves ao crescimento econômico e na responsabilização individual pela inserção no mercado de trabalho.

Socialmente, a base de sustentação do PL sob hegemonia bolsonarista é composta majoritariamente por setores evangélicos, militares, parte do empresariado e frações da classe trabalhadora precarizada, mobilizadas por um discurso anti-institucional, antipetista (sentimento contrário ao Partido dos Trabalhadores, o partido liderado por Lula) e hostil aos direitos sociais universais. O partido, ao se tornar a maior bancada da Câmara dos Deputados em 2022, consolida-se como vetor institucional do projeto político da extrema direita no Brasil, com capacidade significativa de incidência sobre a agenda legislativa, inclusive no campo das políticas sociais do trabalho.

O VOX, por sua vez, representa a principal expressão partidária da extrema direita espanhola no século XXI. Fundado em 2013 como dissidência do Partido Popular (PP), o VOX emerge em um contexto marcado pela crise econômica de 2008, pelo desgaste do bipartidarismo espanhol e pelas tensões territoriais associadas aos movimentos independentistas, especialmente na Catalunha.

Segundo a abordagem adotada nesse artigo, o VOX deve ser compreendido como produto das contradições estruturais da Espanha pós-Franco, cuja transição democrática preservou importantes continuidades institucionais e culturais. O partido articula um discurso que combina nacionalismo espanhol exacerbado, conservadorismo moral, oposição frontal ao feminismo e às políticas de igualdade de gênero, além de uma retórica fortemente anti-imigração e de ceticismo quanto à União Europeia.

No campo das políticas sociais do trabalho, o VOX adota uma posição ambígua e funcional ao capital, defendendo a flexibilização do mercado de trabalho e a redução da intervenção estatal, ao mesmo tempo em que mobiliza o discurso da “prioridade nacional” no acesso ao emprego e aos benefícios sociais. Tal estratégia permite ao partido canalizar o descontentamento de setores da classe trabalhadora afetados pela precarização do emprego, deslocando o conflito capital–trabalho para clivagens identitárias, especialmente contra imigrantes.

Desde sua entrada no parlamento espanhol em 2019, o VOX consolidou-se como a terceira maior força política do país, exercendo pressão ideológica significativa sobre o Partido

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Popular e contribuindo para a radicalização do debate público em torno de temas como trabalho, imigração e direitos sociais. Diferentemente do caso brasileiro, contudo, o VOX opera em um contexto de capitalismo central, com maior institucionalização das relações de trabalho, o que condiciona suas propostas e estratégias no campo das políticas sociais do trabalho.

3. A POLÍTICA SOCIAL DO TRABALHO COMO PARÂMETRO DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

No Brasil desde a Constituição Federal de 1988, o salário mínimo foi estabelecido como instrumento para suprir as necessidades básicas da força de trabalho e sua família, devendo sofrer reajustes periódicos que preservem seu poder de compra.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

> salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. (BRASIL, 1988, art. 7º, IV)

Essa formulação representou uma ruptura normativa relevante em relação aos períodos anteriores, ao reconhecer o salário mínimo não apenas como um preço da força de trabalho, mas como um instrumento de política social, articulado à noção de dignidade humana e ao papel do Estado na regulação das relações entre capital e trabalho.

O salário mínimo foi instituído no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 399/1938, sendo efetivamente implementado em 1940. Naquele contexto, sua função era integrar o arcabouço do trabalhismo varguista, compondo a estratégia de regulação estatal do mercado de trabalho urbano e de incorporação controlada da classe trabalhadora ao projeto nacional-desenvolvimentista.

Durante o regime militar (1964–1985), embora formalmente mantido, o salário mínimo sofreu acentuada perda real, sendo utilizado como instrumento de ajuste macroeconômico e de contenção salarial, o que contribuiu para o rebaixamento do valor da força de trabalho e para o aprofundamento das desigualdades sociais.

A Constituição de 1988 buscou reverter esse padrão ao inscrever o salário mínimo no rol dos direitos fundamentais do trabalho, vinculando sua atualização à preservação do poder de compra. Contudo, a efetivação desse comando constitucional mostrou-se contraditória e desigual

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ao longo do tempo, em razão das orientações macroeconômicas adotadas pelos diferentes governos.

No período pós-1988, a regulamentação do salário mínimo ocorreu por meio de leis ordinárias e medidas provisórias. Destaca-se a política de valorização implementada a partir de 2008, consolidada na Lei nº 12.382/2011, que instituiu uma fórmula de reajuste baseada na inflação medida pelo INPC e no crescimento real do PIB de dois anos anteriores.

Essa política permitiu ganhos reais expressivos ao salário mínimo até 2016, reforçando seu papel como instrumento de redução da pobreza, dinamização do mercado interno e valorização do trabalho. Entretanto, a partir de 2017, com a adoção de políticas de austeridade fiscal e a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, observa-se uma inflexão nesse processo, com o enfraquecimento da política de valorização e a retomada de reajustes restritos, em muitos casos, à recomposição inflacionária.

Na Espanha, o *Salario Mínimo Interprofesional (SMI)* constitui um instrumento estruturante do sistema de proteção social e integra o arranjo institucional do *welfare state* europeu, desempenhando uma função distributiva mais robusta do que aquela historicamente atribuída ao salário mínimo em países de capitalismo dependente. Essa característica decorre tanto de sua base normativa quanto de sua articulação com o conjunto das políticas públicas de emprego, seguridade social e negociação coletiva.

O *SMI* possui respaldo constitucional na Constituição Espanhola de 1978, cujo artigo 35 reconhece o direito ao trabalho e a uma remuneração suficiente para satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família. Esse princípio é operacionalizado de forma mais direta pelo *Estatuto de los Trabajadores*, aprovado pela Lei nº 8/1980, que estabelece, em seu artigo 27, o salário mínimo interprofissional como piso salarial nacional, aplicável a todos os trabalhadores, independentemente do setor econômico.

De acordo com o Estatuto, o *SMI* deve ser fixado anualmente pelo governo, após consulta às organizações sindicais e empresariais, considerando critérios como a evolução do índice de preços ao consumidor, a produtividade média nacional, a participação do trabalho na renda nacional, e a conjuntura econômica geral.

Esse desenho institucional confere ao *SMI* um caráter redistributivo explícito, ao vinculá-lo não apenas à inflação, mas também ao desempenho econômico e à repartição da renda.

Historicamente, o SMI foi introduzido na Espanha durante o franquismo, em 1963, como um mecanismo de regulação salarial de caráter limitado e autoritário. Contudo, sua reconfiguração substantiva ocorre no contexto da transição democrática e da consolidação do Estado social a partir do final da década de 1970. Com a promulgação da Constituição de 1978

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e a institucionalização do *Estatuto de los Trabajadores*, o salário mínimo passa a integrar um modelo de relações de trabalho fortemente regulado, ancorado na negociação coletiva, na proteção social e na intervenção ativa do Estado.

Durante as décadas de 1980 e 1990, mesmo sob governos que adotaram políticas de ajuste e liberalização econômica, o SMI manteve-se como referência central para a estrutura salarial, influenciando benefícios sociais, pensões mínimas e prestações assistenciais. Diferentemente do caso brasileiro, o salário mínimo espanhol não é apenas um piso contratual, mas um parâmetro sistêmico do *welfare state*.

Após a crise econômica de 2008, a Espanha vivenciou um período de estagnação e perda de poder aquisitivo do SMI, associado às políticas de austeridade fiscal. No entanto, a partir de 2019, observa-se uma mudança de orientação, com aumentos reais significativos do salário mínimo, promovidos por governos de coalizão de centro-esquerda. Essa inflexão reforçou o papel do SMI como instrumento de redução da desigualdade salarial, combate à pobreza laboral e estímulo à demanda interna.

Tal política está alinhada às diretrizes da União Europeia, especialmente após a adoção da Diretiva (UE) 2022/2041, que estabelece parâmetros para salários mínimos adequados nos Estados-membros, reforçando sua função social e distributiva no interior do capitalismo europeu.

Sob o neoliberalismo, políticas de valorização real do salário mínimo são vistas como distorções de mercado, entraves ao investimento, mecanismos que elevam os custos do trabalho e reduzem lucros, e elementos que alimentam inflação e desemprego. O Estado neoliberal reduz seu papel social e amplia sua função de disciplinamento da força de trabalho. Isso se expressa na redução de direitos, flexibilização das leis e relações de trabalho, criminalização de greves, desmonte de políticas de proteção social e estímulo a contratos precários.

No programa de VOX (2023), isso aparece no discurso de defender “emprego de qualidade”, mas subordinado a reduções drásticas de impostos e encargos, e não à valorização salarial direta.

No Brasil, Antunes (1995) destaca que o neoliberalismo transformou o trabalho em sua variável de ajuste. A política salarial é, portanto, o coração da disputa. A austeridade fiscal, como mostra a matéria do site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior sobre o governo Bolsonaro, leva à perda de poder de compra do salário mínimo, mesmo quando reajustado pela inflação.

Segundo o relatório citado pelo documento do ANDES, entre 2019 e 2022: o salário mínimo perdeu 1,7% do poder de compra, pela primeira vez desde o Plano Real, um presidente

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

encerrou o mandato com salário mínimo valendo menos do que no início. Essa política evidencia o alinhamento ao neoliberalismo, que prioriza ajuste fiscal sobre bem-estar social.

Estudos, como Brasil - Indicadores socioeconômicos selecionados - Séries históricas de 1995 a 2023 (2024), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), uma das principais referências técnicas sobre salário mínimo no Brasil, apontam que, entre 2019 e 2022, os reajustes do salário mínimo limitaram-se, em vários momentos, à recomposição parcial da inflação, resultando em perda real do poder de compra, sobretudo quando considerada a inflação efetivamente percebida pelas famílias de baixa renda (alimentação, energia e transporte).

No mesmo sentido dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), demonstram que a inflação entre 2019 e 2022 incidiu de forma mais intensa sobre bens essenciais, afetando diretamente os trabalhadores que têm o salário mínimo como principal referência de renda. E estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destacam que a política de valorização do salário mínimo, formalizada a partir dos anos 2000, foi descontinuada no período recente, em consonância com a adoção de uma agenda de austeridade fiscal permanente.

4. OS PROGRAMAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL E NA ESPANHA PARA O SALÁRIO MÍNIMO

No caso brasileiro a política de desvalorização do salário mínimo durante o governo de Jair Bolsonaro manifestou-se de forma explícita tanto em atos administrativos quanto nos discursos e nas opções legislativas sustentadas por sua base de apoio no Congresso Nacional, especialmente pelo Partido Liberal. Logo no início do mandato, em janeiro de 2019, Bolsonaro fixou por decreto o salário mínimo em R$ 998, valor inferior ao montante previsto na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso, sinalizando a opção por um reajuste restritivo já no primeiro ato relevante de sua gestão. Nos anos subsequentes, os reajustes encaminhados pelo Executivo limitaram-se à recomposição parcial ou integral da inflação, sem qualquer ganho real, como ocorreu em 2020, 2021 e 2022, período no qual o próprio presidente afirmou publicamente que aumentos reais do salário mínimo seriam “incompatíveis com a responsabilidade fiscal” e comprometeriam o equilíbrio das contas públicas. No plano legislativo, a bancada do PL acompanhou majoritariamente o governo nas votações das Leis Orçamentárias Anuais, rejeitando emendas que propunham aumentos acima da inflação e apoiando o arcabouço fiscal restritivo herdado da Emenda Constitucional nº 95/2016 que estabeleceu um teto para os gastos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

públicos, consolidando uma prática política que subordinou o salário mínimo à lógica do ajuste fiscal permanente. Como resultado, entre 2019 e 2022, o salário mínimo acumulou perda real de poder de compra, configurando, pela primeira vez desde o Plano Real, um mandato presidencial encerrado com o piso nacional valendo menos, em termos reais, do que no início (ANDES, 2022). Observa-se que o PL não possui um programa específico sobre salário mínimo. O que existe é a política salarial implementada durante o governo Bolsonaro.

Assim, a análise deve partir da política efetivamente praticada, conforme recomendado em pesquisas de partidos sem programas programáticos estruturados (Landman, 2011).

Conforme publicação no site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior: “A perda percentual significa uma queda no salário mínimo de R$ 1.213,84 para R$ 1.193,37 entre dezembro de 2018 a dezembro de 2022, descontada a inflação”. (ANDES, 2022)

Percebe-se que no período do governo Bolsonaro a política salarial limitou-se a recompor a inflação passada, não houve valorização real, e ainda assim o salário mínimo perdeu poder aquisitivo pela primeira vez em 28 anos. Pode se apontar entre as razões para isso, o ajuste fiscal, visto que o salário mínimo indexa benefícios previdenciários, elevando gastos da União. Também a inflação acelerada, a reposição apenas pela inflação passada não acompanhou a inflação corrente. E o viés neoliberal das políticas econômicas, já que o governo afirmava que aumentos reais gerariam “efeitos cascata” e impactos no gasto público.

Três elementos estruturam o discurso do bolsonarismo sobre o salário mínimo: Aumento real é fiscalmente irresponsável; a valorização deve ser “compatível com o mercado”; e o trabalhador deve ter “liberdade” para negociar individualmente, mesmo em condições assimétricas. Esse discurso mascara a intenção central do neoliberalismo: reduzir o valor da força de trabalho.

No caso espanhol, O *Programa Eleitoral VOX 2023* contém posição explícita sobre salários e SMI. No item 30 do programa se afirma:

> *Mientras el gobierno decía subir el SMI para ayudar a los españoles, subía aún más los impuestos y se disparaban los precios, cercenando el poder adquisitivo de los españoles y bajando su salario real. Impulsaremos la subida de todos los salarios, especialmente los más bajos. Para que ello no conlleve una destrucción de empleo, reduciremos drásticamente las cargas sobre las empresas y la regulación abusiva que perjudican la generación de empleo. En España hay unos salarios de miseria y un paro inaceptable porque el trabajo de todos sostiene el estado de bienestar de los políticos y sus activistas a sueldo. (VOX - Programa Electoral Para las Elecciones Generales, 2023)*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Em síntese, o VOX propõe o crescimento de todos os salários, sobretudo os mais baixos, mas por desoneração do empregador. Na prática, VOX defende a redução de cotizações (encargos) empresariais com estímulo à contratação indefinida por renúncia fiscal, se opondo a políticas redistributivas de cunho social e à indexação automática do SMI, além do ataque aos sindicatos majoritários. Não há explicitamente a proposição de aumento real do SMI e o apoio a políticas de valorização progressiva, não havendo, portanto, um reconhecimento do SMI como instrumento de redistribuição social.

A comparação permite evidenciar, de forma sistematizada, as convergências e especificidades das posições assumidas pelo Partido Liberal/Bolsonaro e pelo VOX no que se refere às políticas de salário mínimo e às políticas sociais do trabalho. A tabela abaixo sintetiza como ambas as organizações rejeitam a valorização real do salário mínimo, ainda que mobilizem justificativas distintas, condicionadas às diferentes formações econômico-sociais: no caso brasileiro, o argumento central associa o aumento do salário mínimo ao impacto fiscal e à necessidade de ajuste das contas públicas, enquanto, no caso espanhol, prevalece a narrativa de que elevações do SMI prejudicariam a competitividade empresarial e gerariam desemprego. Ademais, a comparação explicita uma convergência estrutural em torno da flexibilização do trabalho, do enfraquecimento do papel do Estado e do ataque às organizações sindicais, embora expressas por meio de diagnósticos ideológicos distintos da crise, no Brasil, associados à retórica do “Estado grande” e do “marxismo cultural”, e na Espanha, vinculados ao “globalismo”, às elites da União Europeia e aos sindicatos de esquerda. Assim, a tabela contribui para a compreensão comparada das estratégias discursivas e programáticas da extrema direita em contextos nacionais distintos.

Tabela 1. Comparação direta entre PL/Bolsonaro e VOX

Elemento	**PL / Bolsonaro**	**VOX**
Aumento do salário Mínimo	Não, realizou políticas de achatamento	Sim, reconhece o baixo valor do SMI
Valorização real do salário mínimo	Rejeitada; política foi de reposição inflacionária incompleta	Rejeitada; defende-se que o Estado não deve elevar o SMI, mas deve haver uma elevação pelos mecanismos de mercado
Justificativa	Aumento impacta gasto público e ameaça ajuste fiscal	Aumento prejudica empresas e gera desemprego

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Proposta central	Ajuste fiscal e flexibilização	Redução de impostos e cotizações
Visão sobre sindicatos	Criminalização política; enfraquecimento institucional	Ataque a sindicatos "de esquerda"; defesa de sindicatos corporativos
Diagnóstico da crise	"Ideologia"; "marxismo cultural"; Estado grande	"Globalismo"; elites da UE; sindicatos e partidos progressistas

Fonte: Elaboração própria

5. AS DIFERENTES FORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS ENTRE BRASIL E ESPANHA, COM BASE NA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA, COMO HIPÓTESE DO CONTRASTE

No Brasil, os salários médios são muito inferiores aos de países centrais, a informalidade atinge entre 35 e 40% da força de trabalho, os baixos índices de desemprego formal não refletem melhores condições de trabalho e remuneração, tal situação é necessária para manter baixos custos de produção do setor exportador de produtos primários, atividade central do país na divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, políticas de valorização real do salário mínimo podem aumentar custos do setor primário-exportador, elevar custos do setor industrial com baixa produtividade, pressionar a massa de lucros do capital dependente e ampliar gastos sociais indexados ao salário mínimo. Por isso, governos alinhados ao capital internacional, como foi o do PL de Bolsonaro, tendem a reprimir a elevação do salário mínimo. A perda real do salário mínimo entre 2019 e 2022 demonstra a coerência entre prática governamental e os mecanismos estruturais da dependência.

A Espanha, embora não esteja entre os países da União Europeia de economia mais industrializadas e dinâmicas, integra o centro do sistema capitalista, possui nível de produtividade superior ao Brasil e um *welfare state* consolidado. A inserção espanhola no capitalismo mundial ocorre como economia central tardia, beneficiária dos processos de industrialização, modernização produtiva e integração regional europeia ao longo do século XX, especialmente após sua incorporação à então Comunidade Econômica Europeia em 1986. Essa integração garantiu acesso privilegiado a mercados, capitais, tecnologia e fundos estruturais,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

permitindo ganhos sustentados de produtividade e a modernização de setores-chave da economia.

O nível de produtividade do trabalho na Espanha é superior ao do Brasil porque se assenta em uma estrutura produtiva mais formalizada, com maior difusão tecnológica, maior capitalização do trabalho e menor peso relativo da informalidade. Mesmo com forte presença do setor de serviços, trata-se majoritariamente de serviços integrados a cadeias de valor europeias, com maior valor agregado médio do que aqueles predominantes nas economias dependentes.

O *welfare state* espanhol consolidou-se no contexto da transição democrática pós-franquista, especialmente a partir da Constituição de 1978, como parte do padrão europeu de proteção social. Esse sistema se caracteriza por políticas públicas universais de saúde, educação, previdência e proteção ao desemprego, financiadas por uma base tributária mais estável e por um mercado de trabalho mais regulado. Diferentemente do caso brasileiro, essas políticas não são residuais, mas constitutivas do modelo de reprodução social, o que reforça a posição da Espanha como país central, ainda que periférico dentro do próprio bloco europeu.

Assim, a Espanha ocupa uma posição subalterna no interior do centro, mas ainda assim distinta das economias dependentes, como a brasileira, combinando produtividade superior, institucionalidade social consolidada e inserção privilegiada no capitalismo internacional.

Mesmo enfrentando precarização do trabalho, não depende estruturalmente de superexploração. O salário mínimo, no contexto europeu funciona como política redistributiva, é instrumento de combate à pobreza laboral, e está integrado ao modelo de proteção social.

Neste contexto, o VOX resiste a aumentos substanciais do SMI não por razões estruturais, como ocorre no Brasil, mas por razões ideológicas e pró mercado, com a defesa radical da competitividade, estabelecendo o combate às políticas do Partido Socialista Operário Espanhol - PSOE e da chamada “agenda globalista”. No entanto, a consolidação do *welfare state* na Espanha, parece forçar o VOX a apresentar um programa que defenda a elevação do SMI, não como uma política social de proteção, visto o combate ao estado social feito pelo VOX, mas como resultado da redução de encargos das empresas.

Nitidamente o VOX, administra uma contradição em sua proposição sobre o SMI, defendendo sua elevação ao mesmo tempo que crítica a proteção social.

Se verifica, portanto, uma convergência ideológica (neoliberalismo, ataque ao Estado social). Tanto VOX quanto o PL rejeitam aumentos reais do salário mínimo, como política social. E uma divergência estrutural: No Brasil, impedir aumento salarial é imperativo estrutural da dependência. Na Espanha, é escolha política da extrema direita, contrária à lógica histórica do

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

welfare state, e há necessidade de defender uma elevação do SMI, via desoneração das empresas.

Assim, a TMD explica por que o PL não possui programa sobre salário mínimo (porque a política real já é estruturalmente restritiva); já o VOX formula políticas de mercado para o SMI (porque o *welfare state* existe, e precisa ser combatido politicamente, mas é necessário manter a perspectiva de bem estar a classe trabalhadora).

Essa interpretação também vai encontrar respaldo na teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, segundo a qual a economia capitalista mundial estrutura-se em relações hierárquicas entre países centrais, semiperiféricos e periféricos. Nessa perspectiva, as economias centrais concentram atividades de maior valor agregado, tecnologia e produtividade, enquanto as economias periféricas tendem a especializar-se em atividades menos complexas e mais dependentes dos fluxos internacionais de capital e comércio. Essa configuração produz distinções nas capacidades de financiamento das políticas sociais e de sustentação dos níveis salariais. Dessa forma, a existência de um salário mínimo mais robusto e integrado ao sistema de proteção social espanhol não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas governamentais conjunturais, mas também da posição da Espanha na divisão internacional do trabalho. De outra parte, a inserção dependente do Brasil limita estruturalmente a valorização da força de trabalho, corroborando a hipótese de que as diferenças observadas entre as posições do VOX e do PL no referente ao salário mínimo decorrem não somente de orientações ideológicas, mas também das distintas condições econômicas e históricas em que se reproduzem suas respectivas formações sociais.

Em síntese: No Brasil, a extrema direita expressa a dependência. Na Espanha, a extrema direita reage ao Estado social, necessitando, no entanto, apresentar propostas que mantenham a perspectiva de ganhos aos trabalhadores, em virtude do histórico de bem estar social garantido a eles desde as décadas do pós-guerra.

6. CONCLUSÃO

O estudo comparado das políticas de salário mínimo defendidas e praticadas pelas extremas direitas do Brasil e Espanha revela tanto convergências ideológicas quanto divergências estruturais profundamente vinculadas às formações sociais de cada país.

Entre as convergências, destacam-se: 1 - Rejeição a aumentos reais do salário mínimo; 2 - Defesa da competitividade empresarial sobre direitos dos trabalhadores; 3 - Ataques aos sindicatos e às políticas de proteção social; 4 - Retórica antissistêmica combinada com

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

alinhamento ao neoliberalismo; 5 - Crítica às políticas sociais como “assistencialistas” ou “ideológicas”.

Já entre as divergências, ressalta-se: 1 - No Brasil, o rebaixamento salarial é necessidade estrutural do capitalismo dependente, como explica a TMD; 2 - Na Espanha, a política salarial é uma escolha do VOX contra o legado do *welfare state* europeu, mas é forçado por esse legado, a apresentar propostas de ganhos; 3 - O PL não formula política programática própria, refletindo a fraca institucionalidade partidária brasileira, enquanto o VOX possui formulação formal e estruturada; 4 - No governo Bolsonaro, houve perda real do salário mínimo; na Espanha, o VOX não teve a oportunidade de governar nacionalmente, mas formula propostas que visam impedir valorização futura via programas estatais, apresentando a perspectiva de aumentos como resultado de desonerações das empresas.

Portanto, a comparação conforma a hipótese de que as diferenças entre PL e VOX decorrem fundamentalmente das formações sociais distintas de Brasil e Espanha, ainda que a orientação neoliberal radical produza convergências expressivas. O Brasil, como país dependente, opera sobre a base da superexploração, que torna inviável qualquer política consistente de valorização salarial sob um governo neoliberal ou de extrema direita. A Espanha, como país central, possui maior grau de institucionalização social, o que faz com que a extrema direita atue politicamente para desmontar direitos historicamente conquistados, mas obrigando-se a apresentar outras formas de valorização dos salários.

Assim, entende-se por propor a hipótese de que a extrema direita é, em ambos os contextos, instrumento de reorganização do capital em crise, mas sua tradução política depende das condições estruturais de cada formação social.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Com Bolsonaro, salário mínimo perde poder de compra pela primeira vez em 28 anos. 2022. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/com-bolsonaro-salario-minimo-perde-poder-de-compra-pela-primeira-vez-em-28-anos1. Acesso em: 9 jun. 2026.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2018.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ANTUNES, Ricardo. Politica della caverna: la controrivoluzione di Bolsonaro. Roma: Castelvecchi, 2019.

BAMBIRRA, Vânia. Teoria de la dependencia: una anticrítica. Cidade do México: ERA, 1978.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Aurora*, Marília, ano IV, n. 6, 2010. ISSN 1982-8004.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Auge e declínio dos governos progressistas na América Latina: alternativas de desenvolvimento na atual conjuntura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, 2016. ISSN 1519-7387.

DAMICO, Rafael Henrique Ferreira. Qual a história do Partido Liberal (PL)? Disponível em: https://www.politize.com.br/partido-liberal/. Acesso em: 9 jun. 2026.

DIEESE. *Brasil*: indicadores socioeconômicos selecionados – séries históricas de 1995 a 2023. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.dieese.org.br/sintesedeindicadores/2024/inindicadoresSocioeconomicos.html. Acesso em: 9 jun. 2026.

HARVEY, David. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LIMA, Luciano Luz. Dependência e política: a alteração dos condicionantes externos e o golpe de 2016. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. México D.F.: Ediciones Era, 1973.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini. 2017. Disponível em: https://jornalggn.com.br/blog/alfeu/a-teoria-marxista-da-dependencia-por-carlos-eduardo-martins. Acesso em: 26 fev. 2020.

NAVARRO, Vicente; LÓPEZ, Juan Torres. Los amos del mundo: las armas del terrorismo financiero. Barcelona: Espasa, 2012.

NAVARRO, Vicente; LÓPEZ, Juan Torres; GARZÓN, Alberto. Lo que España necesita: una réplica con propuestas alternativas a la política de recortes del PP. Barcelona: Deusto, 2012.

NAVARRO, Vicente; LÓPEZ, Juan Torres. Lo que debes saber para que no te roben la pensión. Barcelona: Espasa, 2013.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

NAVARRO, Vicente. The financial and economic crises and their impact on health and social well-being. New York: Baywood Publishing Company, 2014.

NAVARRO, Vicente. Ataque a la democracia y al bienestar: crítica al pensamiento económico dominante. Barcelona: Anagrama, 2015.

PIQUERAS, José Antonio. Um espectro sombrio: o Vox na Espanha e a extrema direita internacional. *Revista Rosa*, São Paulo, 2023. Disponível em: https://revistarosa.com/7/um-espectro-sombrio. Acesso em: 9 jun. 2026.

SANTOS, Theotônio. Prefácio. In: MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2018.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 3, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/BHXTTx8b7Fk78jfDLRRmr8j/?format=pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. *O pobre de direita: a vingança dos bastardos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

VOX. *Programa electoral para las elecciones generales*. Espanha, 2023. Disponível em: https://www.voxespana.es/programa/programa-electoral-vox. Acesso em: 9 jun. 2026.

WASSERMAN, Cláudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1990.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.